



ARTIGOS



Teoria feminista e pesquisa em Educação Ambiental:

Os saberes nas águas e nos campos e o processo histórico de invisibilização das mulheres

Marta Bonow Rodrigues, *Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*

Liza Bilhalva Martins, *Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*

Gianpaolo Knoller Adomilli, *Universidade Federal do Rio Grande (FURG)*

Resumo. O presente artigo parte de reflexões realizadas através de pesquisas¹ que têm como elemento central apresentar o processo pelo qual mulheres que vivem nas regiões rurais costeiras no sul do Rio Grande do Sul atravessam ao longo dos anos quando desempenham atividades consideradas, majoritariamente, masculinas. Assim, neste texto, buscamos apresentar, a partir de uma pesquisa realizada com pescadoras embarcadas nas lagoas no extremo sul do Brasil, especialmente por meio do material etnográfico, bem como de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida para compreender o modo de vida das mulheres campeiras, o quanto as teorias feministas de perspectiva decolonial e interseccional nos fornecem elementos fundamentais para pensar criticamente sobre as condições de opressão das mulheres no mundo a partir da diferença. Construir pesquisas comprometidas com a diferença, é ocupar lugares, é *estar à mesa*, é compreender a diversidade, discutir e propor ações conjuntas buscando um viver de forma mais justa e igualitária com tudo que compõe esse mundo, seja humano ou para além do humano.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres campeiras. Pescadoras embarcadas. Feminismo decolonial e interseccional. Etnografia. Educação Ambiental Crítica.

¹ São duas as pesquisas de doutorado em Educação Ambiental que dão base para este artigo. Neste momento, uma delas se encontra encerrada – com mulheres pescadoras, enquanto a outra – com mulheres campeiras, está em fase de desenvolvimento.



Duas pesquisas, diferentes mulheres, um mesmo ambiente e um mesmo problema

Iniciaremos, aqui, apresentando o local de nossas pesquisas com mulheres das águas e dos campos do sul do Rio Grande do Sul: uma região de pecuária extensiva², de pesca e de produção agrícola em larga escala. Ambas as pesquisas abrangem os municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar; a pesquisa com mulheres pescadoras, ainda se estende para os municípios de São José do Norte, Jaguarão e Pelotas; à pesquisa com mulheres campeiras se acrescenta o município do Chuí³. Esse território é constituído por um ambiente litorâneo costeiro dentro do Bioma Pampa⁴, e é composto por áreas alagadiças, e pela presença de lagoas, sendo as três maiores e mais significativas a Lagoa dos Patos, a Mirim e a Mangueira. Além disso, no quilômetro 498 da rodovia BR 471, único acesso terrestre às cidade de Santa Vitória e do Chuí dentro do Brasil, há a Estação Ecológica do Taim, área de preservação permanente que ocupa um total de 32.806,31 hectares e um dos principais locais de migração de aves do mundo.

Entendemos a importância de apresentarmos o ambiente em que se desenrolam as pesquisas, pois influenciam e são influenciados permanentemente pelos coletivos humanos e, também, porque os ambientes estão diretamente relacionados com as atividades laborais desenvolvidas nas comunidades e nas quais estão imbricadas as relações de opressão de gênero – opressões sobre as quais buscamos refletir a partir das referidas pesquisas.

Uma das pesquisas é desenvolvida com mulheres pescadoras embarcadas que capturam o peixe e o camarão nas lagoas, e a outra, com mulheres que estão na lida campeira⁵, principalmente na pecuária

² Pecuária extensiva refere-se às formas de criação de animais de produção, especialmente gado bovino, nas quais os rebanhos são mantidos em campos naturais ou pastagens exóticas, porém sem estarem em espaços estritamente confinados (SILVA; RODRIGUES, 2017, p. 115 – nota de rodapé).

³ Para leitores/as que queiram acompanhar o mapa da região, sugerimos os seguintes endereços no Google Maps: <https://www.google.com/maps/@-31.6800979,-52.0471668,9z> <https://www.google.com/maps/@-32.0096567,-52.1858692,10z> <https://www.google.com/maps/@-32.53044,-52.6788806,8z> <https://www.google.com/maps/@-32.9180502,-52.7805042,10z>

⁴ O ambiente litorâneo aqui referenciado compõe a chamada “Unidade Planícies e terras baixas costeiras” que corresponde a uma extensa planície arenosa litorânea, composta por inúmeras lagoas, banhados e campos de restingas onde se localiza a sede do município de Pelotas, às margens de Laguna dos Patos e Arroio Grande próxima à Lagoa Mirim. Nas terras baixas, têm-se campos com capões e banhados (STUMPF, *et al.*, 2009).

⁵ A lida campeira é o trabalho diário que envolve a propriedade rural, especialmente as tarefas com animais, mas não se restringe a isso.



extensiva com gado bovino, além de equino e ovino. Ambas as pesquisas se aproximam, entre outras coisas, pela abordagem teórico-metodológica, por se tratarem de mulheres que habitam um mesmo ambiente, mas, principalmente, por trazerem como foco a vivência dessas mulheres com diferentes experiências que ao mesmo tempo são tão semelhantes nos processos de estar no mundo, este mundo que ainda invisibiliza e subalterniza tanto os saberes femininos.

Para falar sobre esses problemas, precisamos compreender que fazer pesquisa, ou melhor, fazer ciência é assumir a responsabilidade de sentir capacidades de construir conhecimento crítico a partir de escolhas que não são desprezíveis nem livres de intenção. Assim, como pesquisadoras feministas, assumimos que as escolhas de nossos temas de pesquisa, desde o começo, foram intencionais e refletem nossas formas de pensar e de estar no mundo. A partir do início do processo, seja na chegada ao campo para pensar o estudo, seja pelo conhecimento prévio através da vivência no próprio campo, estamos mergulhadas nesses universos e, por isso, sentimos a necessidade de compartilhar uma breve história de como chegamos e permanecemos nessa caminhada atravessadas academicamente pelas perspectivas teóricas feministas decoloniais e interseccionais.

A pesquisa com mulheres campeiras inicia-se em 2020 e vem pela própria experiência da doutoranda como mulher vinda de uma família dessa região rural que compõe o estreito entre as lagoas Mirim e Mangueira, entre Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. Esse trabalho de doutorado tem como objetivo principal compreender o modo de vida das mulheres dessa localidade, seus saberes, suas práticas, seus aprendizados e, especialmente, a forma como essas mulheres, através desses aspectos, constroem-se ou educam-se como sujeitos nesse meio em relação a outras pessoas e em relação à natureza. Um episódio em especial foi destaque para instigar a pesquisa: em 2016, durante uma conversa entre a pesquisadora e sua tia que estava em processo de aposentadoria por problemas de saúde, a sobrinha ficou sabendo que a equipe do INSS⁶ exigiu que sua tia fizesse uma demonstração de seus saberes do campo, como amarrar uma cerca de arame, pegar um cavalo no campo e tocar uma vaca para o brete⁷. Ainda que a tia não tivesse força física para algumas atividades, foi obrigada a descrever com

⁶ INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – Brasil Governo Federal.

⁷ Instalação em que se faz a contenção do animal para aplicação de medicamentos, vacinas, verificar a saúde em geral, etc.



detalhes como o trabalho era feito, para que o tempo em que viveu na região rural, trabalhando no campo, contasse para sua aposentadoria. Terminada a narrativa, ao mesmo tempo, sobrinha e tia falaram: “se fosse homem, ninguém exigiria demonstração dos conhecimentos campeiros para fins de aposentadoria”.

Além do pertencimento a esse universo ser um dos propulsores da pesquisadora para adentrar nesse estudo, a sua participação⁸ no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC⁹) – Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS¹⁰ (RIETH *et al.*, 2013), que visava identificar e propor formas de salvaguardar, como patrimônio nacional, os saberes dos trabalhadores¹¹ da região da campanha no Rio Grande do Sul, também foi um grande influenciador a partir do questionamento da ausência das mulheres como interlocutoras do processo do INRC, ponto que em seguida comentaremos.

Durante os trabalhos de campo nesse INRC deparamo-nos com uma rede de interlocutores homens que indicavam outros interlocutores homens – seguindo sempre a metodologia para bens imateriais indicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹². As mulheres permaneciam invisibilizadas, como se não fizessem parte do universo do trabalho do campo nessa região do pampa. No entanto, quando finalizávamos o estudo do INRC para entrega de relatório ao IPHAN, uma das únicas duas mulheres que foram interlocutoras questionou: “E onde estão as mulheres nessa pesquisa?” (RIETH *et al.*, 2013). Desde então, permanecemos pensando que esse tema deveria obrigatoriamente ser explorado e que isso somente seria possível através de uma abordagem feminista, pois, como nos fala Strathern (2006), dessa forma é possível ter uma visão mais autônoma das relações de

⁸ Ressaltamos que ambas as pesquisadoras autoras deste artigo participaram do referido INRC que durou de 2011 a 2018, com trabalho de campo concentrado entre 2011 e 2013.

⁹ INRC é um instrumento de reconhecimento de bens culturais de qualquer natureza. Fazer um inventário é fazer um levantamento, uma listagem descritiva dos bens culturais que remetem às referências culturais - materiais e imateriais - de um lugar ou grupo. (IPHAN, 2012).

¹⁰ A pesquisa de campo deste Inventário foi executada no período de 2010 a 2013, por uma equipe de antropólogos, historiadores e geógrafos da UFPEL, com financiamento e metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da qual eu fazia parte. A pesquisa tem como foco os saberes e ofícios dos trabalhadores campeiros no pampa sul-riograndense.

¹¹ Trazemos “os trabalhadores” no masculino, pois a indicação metodológica acabou levando a equipe sempre para trabalhadores homens – um dos pontos que tomamos por base para início de uma perspectiva feminista.

¹² Essa metodologia é específica para o caso de pesquisas de INRC para reconhecimento, patrimonialização ou registro de bens imateriais ou intangíveis.



poder, enquanto abordagens centradas nas relações de gênero, geralmente são entendidas pelo viés do/a observador/a.

Faremos, ainda, uma apresentação sintética sobre o que são os saberes campeiros¹³ dos quais estamos falando para situarmos as/os leitoras/es, uma vez que são conhecimentos locais. A profusão de saberes do campo se une em um único e grande aspecto – a lida campeira, composta por diversas lidas, sendo as sete principais identificadas como o pastoreio, a feitura do aramado, a doma de cavalos, a tropeada, o ofício do guasqueiro, a esquila e a lida caseira (RIETH; RODRIGUES; SILVA, 2015) – que fazem parte da construção/educação dos sujeitos campeiros. Nesse processo, mulheres e homens aprendem “como ser, ou como *não* ser, aprendizes do sexo feminino” (LAVE, 2015, p.44). Há as atividades explicitamente entendidas como femininas ou como masculinas, e, apesar disso, os conhecimentos são compartilhados por ambos. Então, por que as mulheres não aparecem junto aos homens como pessoas campeiras, aquelas que detêm o conhecimento do gado, do montar a cavalo, do lidar com uma tropa de animais? Por que lhes é negado ou, ao menos, invisibilizado o papel de campeiras?

Levando-se em conta que, em geral, as lidas campeiras são compreendidas como parte do universo dos homens do campo por exigir força física (RIETH; RODRIGUES; SILVA, 2015), pensa-se, comumente, que as mulheres não acessam ou mesmo vivenciam plenamente as lidas do campo. Porém, as mulheres estão vivendo o campo, as atividades e tudo o que envolve o mundo campeiro. A narrativa sobre a tia de uma das autoras é apenas um dos exemplos. Podemos pensar, assim, que o processo de aprendizado das lidas campeiras entre as mulheres, da mesma forma como possivelmente ocorre com os homens campeiros, é resultado do todo que constitui a vida social e, portanto, também a cultura, uma vez que, centrada nas relações, faz parte do todo – aprendizagem situada nas complexas comunidades de práticas (LAVE, 2015, p. 40). Segundo Lave (2015), cultura e aprendizagem são sempre ambas as coisas: “as coisas são constituídas por, e constituídas como, as suas relações; e assim, produção cultural é aprendizagem que é produção cultural”¹⁴ (LAVE, 2015, p. 40). Então, se as mulheres estão vivenciando o campo, por que não conheceriam as lidas campeiras? Mais uma vez, por que são esquecidas?

¹³ Campeiro/a é tudo aquilo que vem do campo.

¹⁴ Nas palavras destacadas em itálico a ênfase é de Lave (2015).



Já, a pesquisa com as mulheres pescadoras iniciou-se em 2018 com a chegada da pesquisadora, agora doutora, acompanhando uma equipe de reportagem à Ilha dos Marinheiros, pequeno lugarejo rodeado por águas no estuário da Lagoa do Patos. Com a incursão, a equipe tinha por objetivo conhecer um pouco mais o local que congrega a produção social e econômica da pesca e da agricultura, atividades que os/as habitantes alternam dependendo dos ciclos da natureza. A arquitetura chama a atenção de quem chega ao local: as *casas de lata*, assim chamadas por terem a parte de fora revestida por placas de zinco – utilizadas pela cultura local para proteger as habitações do vento e da maresia da lagoa, são um dos maiores atrativos de fotógrafos/as. Após muitas fotos e conversas, a maior parte delas com mulheres e crianças que estavam nas casas ou que transitavam nas ruas do lugarejo, a visita foi encerrada na praia, mais precisamente, no estaleiro, lugar onde se consertam as embarcações de pesca. Nessa parte da praia, havia várias embarcações pequenas, redes de pesca e muitos homens e, em contraste com as ruas do lugarejo, não havia nenhuma mulher. Essa ausência provocou a pesquisadora a pensar: será que existe mulher pescando? Quando questionado sobre a presença das mulheres na pesca, o mestre do estaleiro respondeu com um taxativo *não*, e ainda acrescentou: “elas ajudam em casa com o peixe”.

Como pesquisadoras feministas, transformamos nossas inquietações em perguntas centrais para as teses em Educação Ambiental (EA). Afinal, existe ou não mulher pescando nas águas lagunares no extremo sul do Rio Grande do Sul? Existem mesmo mulheres *campereando*¹⁵ no pampa sul litorâneo, para além da experiência de vida da pesquisadora doutoranda aqui citada e da interlocutora do INRC que levantou a questão? Se existem, quem são, como se tornaram o que são e como seus saberes se mantêm através das gerações? Essas inquietações surgem em nós através das vivências acumuladas ao longo da vida como mulheres, estudantes, profissionais formadas em diversas áreas, e tantas outras identidades que possuímos – num mundo marcado pelo apagamento e silenciamento sobre as coisas que as mulheres fazem.

Fizemos uma escolha. Escolhemos uma episteme para pesquisar e escrever sobre coisas que deveriam ser óbvias para todas as pessoas,

¹⁵ *Camperear* – é o ato de desenvolver atividades atinentes ao meio rural, especialmente nos trabalhos com a pecuária; é uma palavra comumente utilizada nas comunidades rurais do Rio Grande do Sul.



mas não são. Escolhemos palavras, como nos ensina Conceição Evaristo (RODA VIVA, 2021), palavras que nos guiassem e nos fizessem enxergar para além do nosso mundo, perseverando na busca por produções do conhecimento, revisões teóricas e conceituais vindas de outras experiências de mulheres nas suas interseccionalidades (CRENSHAW, 1989), que a hegemonia masculina, branca, europeia e burguesa fez questão de apagar, *caçar* ou *queimar*, nos termos de Silvia Federici (2019).

Seguindo nossas pesquisas, iniciamos as revisões da literatura acadêmica em ciências sociais e humanas sobre pesca e mulher no Brasil, e sobre mulheres no pampa sul-riograndense. Quanto à literatura que versa sobre mulheres e pesca, levantou-se que elas sempre estiveram pescando nas águas brasileiras, entretanto, com exceção da pesquisa de Rose Gerber em Santa Catarina (2015), todas as outras produções acessadas não trazem essas pescadoras como protagonistas, elas são somente citadas, com destaque para a informação de que poucas mulheres hoje em dia estão nesta etapa da cadeira produtiva da pesca, insistindo na dualidade: mulheres em terra, homens no mar. Mas por que eram apenas citadas? Por que ninguém olhava profundamente para elas? Quanto às mulheres do pampa do Rio Grande do Sul, a produção científica é ínfima, praticamente encerrada nas questões da agricultura familiar ou, quando há uma ligação mais direta da mulher com o cavalo – elemento fundamental para o reconhecimento do sujeito como *campeiro/a* (RIETH *et al.*, 2013), está no campo dos estudos literários, da música, geralmente sendo apresentada através de uma concepção poética ou mesmo romantizada do que é ser uma mulher campeira, sem de fato dar atenção a ela como agente do saber.

Outra questão significativa sobre as mulheres na pesca é o fato de que as análises de gênero nesse campo são historicamente muito recentes, tendo sido impulsionadas principalmente pelo movimento feminista na academia dos anos 1980/90, quando há a institucionalização dos estudos sobre a mulher e se cria a categoria *gênero*¹⁶, o que levou as pesquisadoras a pensar criticamente sobre organização social e política nas comunidades, incluindo as pesqueiras (divisão sexual do trabalho) (ALENCAR, 1991; BECK, 1991; MANESCHY, 1995; WOORTMANN, 1992).

¹⁶ Gênero, variável estruturante da organização social das relações entre homens e mulheres (SCOTT, 1985).



O interesse tardio em pesquisar a vida e o protagonismo das pescadoras em suas comunidades, assim como apontamos para a questão da falta de pesquisas sobre mulheres campeiras, leva-nos a entender que o primado da invisibilidade permeou e permeia também o olhar hegemônico de pesquisadores/as que bebiam na fonte da epistemologia hegemônica, a qual promovia o apagamento das experiências de mulheres. Ao longo das pesquisas, passamos a perceber que pesquisadores/as poderiam ter deixado se convencer pelos discursos nativos de que mulheres não trabalham, *elas ajudam*, nesses locais de que falamos, corroborando a resposta do mestre do estaleiro na Ilha dos Marinheiros.

Para os estudos sobre mulher e pesca, diferentemente dos estudos sobre mulheres campeiras que permanecem estagnados, a partir da primeira década dos anos 2000 temos uma diversificação entre as várias regiões brasileiras evidenciando realidades de milhares de mulheres na cadeia produtiva da pesca, seus diferentes modos de vida, trabalho, questões sobre sua saúde, formas de organização e articulação, inclusive em movimentos sociais na luta pelo seu reconhecimento, seus direitos e pela defesa de seus territórios. Porém, mesmo nesse cenário de ascensão, as pescadoras embarcadas continuam não recebendo protagonismo nas pesquisas. Outro dado relevante é que as pesquisas são, majoritariamente, realizadas por mulheres; são pesquisadoras e não pesquisadores que estão preocupadas em conhecer as mulheres no mundo da pesca, o que para nós, mulheres pesquisadoras e feministas, não é nada surpreendente, pelo contrário, parece ainda ser a norma para pesquisas com mulheres.

É necessário ressaltar que as pesquisadoras se aproximam epistemologicamente da macrotendência crítica da Educação Ambiental, corroborando nossa vivência feminista, uma vez que a Educação Ambiental Crítica procura romper com as relações hegemônicas do poder estabelecido através de movimentos políticos e sociais comprometidos com grupos oprimidos e que, conjuntamente com esses grupos, buscam soluções possíveis para cobrir as demandas que levem às transformações imprescindíveis para uma sociedade menos desigual (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Como pesquisadoras atravessadas pela formação interdisciplinar arraigada principalmente na Antropologia/Arqueologia e na Educação Ambiental, temos por base a etnografia, portanto o método antropológico da observação participante, sem esquecer nosso



comprometimento com a episteme feminista, foi, e tem sido, central para compreender o modo de vida dessas mulheres do extremo meridional do Brasil.

De onde falamos / como e com quem dialogamos

É uma arrogância particularmente acadêmica iniciar qualquer discussão sobre teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, sem uma contribuição significativa de mulheres pobres, de mulheres negras, e do Terceiro Mundo, e de lésbicas. (LORDE, 2019, p. 137)

Conforme já comentamos, acreditamos que fazer ciência tem um significado potente frente à construção de conhecimento crítico a partir de movimentos que não são despretensiosos. Sendo assim, nossas motivações feministas e profissionais levam-nos à elaboração de reflexões constantes sobre os desafios de ser mulher no mundo, particularmente nesse mundo em crise marcado pelo processo agressivo, predatório, excludente e violento da modernidade, do capitalismo, do patriarcado e da hegemonia do poder. Esse ser mulher é múltiplo, somos muitas, somos diversas e com diferentes experiências de vida. É nesse sentido múltiplo de ser mulher que nos interessamos em pensar.

Atentas à ausência significativa de produções sobre essas mulheres com quem pesquisamos, tentando entender o porquê do desinteresse e, mais que isso, querendo encontrar essas mulheres e conhecer suas histórias, assumimos nas investigações uma epistemologia feminista centrada no que muitas autoras propõem a respeito de uma teoria de perspectiva decolonial e interseccional. Essa perspectiva deve levar em conta gênero, classe, raça, sexo e geração, entre outras categorias que precisam estar articuladas para podermos pensar a diferença nas mais diversas vivências de opressão e desigualdade, como apontam teóricas feministas com concepções que podem divergir em alguns pontos, mas que convergem quando se trata de enfatizar essas diferenças como aspectos primordiais para as lutas pelo fim da opressão das mulheres (CREWSHAW, 2004; HOOKS, 2019; GONZALES, 2020; LORDE, 2019; VERGÈS, 2020). A teoria feminista, dessa forma, conduz-nos a aprender com as experiências históricas e culturais particulares, principalmente de mulheres do sul global, negras, latinas e indígenas.

Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra “feminismo” das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar



nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu *direito à existência* (VERGÊS, 2020, p. 9).

O capitalismo, como já apontado exaustivamente por feministas que têm trabalhado nos movimentos acadêmicos e não acadêmicos como o principal problema da opressão das mulheres e de outros grupos na atualidade, provocou o dismantelamento dos movimentos comunais, cercou terras e, conseqüentemente, cercou o conhecimento, os corpos, as relações com as pessoas e com a natureza, conforme nos diz Silvia Federici (2017). Mas de que corpos estamos falando? Esse questionamento é fundamental quando pensamos que as dominações não são comuns a todas as mulheres, há uma série de diferentes marcadores que caracterizam as relações de poder (PINTO, 2020).

A separação da mulher de um modo de vida coletivo é fundamental para dominá-la, e a ideia se expande rapidamente com a colonização; outros grupos também passam a operar dessa maneira ao longo do tempo, como indica Oyěwùmí (2021) quando nos fala da colonização da Iorubalândia – Nigéria pela Inglaterra. Essa autora, apesar de não se afirmar como feminista, apresenta como o processo colonizador na África implantou, com violência, essa forma de categorizar grupos e que as mais afetadas foram as mulheres. A criação da categoria gênero, na cultura iorubá, ocorre através da chegada dos colonizadores europeus, que impuseram as divisões inerentes ao pensamento ocidental. Através das práticas, das políticas e das ideologias europeias, houve um impacto significativo diferente para homens e mulheres africanas e a hierarquia social, anteriormente centrada em linhagens e gerações, passa a funcionar por meio das categorias gênero e raça principalmente (OYĚWÙMÍ, 2021).

Todo o sistema que anteriormente havia sido implantado na própria sociedade europeia, séculos antes (entre os séculos XIII e XV principalmente), chega à África em forma de violência epistêmica e ontológica (século XIX principalmente); o homem branco representa a



humanidade, enquanto os povos africanos passam a ser *os outros*. Além disso, todo e qualquer ente considerado superior a outros, passa a ser masculinizado – como ocorre com orixás da tradição iorubá. O *homem* passa a ser o centro de tudo. A coletividade é substituída pela individualidade e, as mulheres que não são consideradas indivíduos nesse novo sistema, perdem todos seus direitos (OYĚWÙMÍ, 2021), a exemplo do que ocorreu na Europa transicional do feudalismo para o capitalismo (FEDERICI, 2017). Todas as características da colonização permanecem nas sociedades colonizadas, mesmo com o fim dos períodos imperiais ou expansionistas. Portanto, as relações antes permeadas de significados igualitários (ainda que podendo ser pautados nas diferenças) são substituídas pela violência de gênero, raça e classe, com a criação de elites africanas/iorubás que mantêm grupos minoritários sob sua vigilância, entre eles, as mulheres. As observações de Oyëwùmí (2021) a respeito da sociedade iorubá reforçam o que já vem sendo dito no campo das teorias feministas: o capitalismo precisa da subalternização das mulheres e dos grupos minoritários para garantir seu funcionamento, como, também, já indicava Federici (2017; 2019). Há uma necessidade de que determinados grupos estejam em processo de exclusão para que se crie mão de obra sendo vendida e explorada a uns poucos detentores do poder. E esses detentores podem ser homens ou mulheres que atuam na reprodução do sistema subalternizando outras mulheres.

Retomando o que vínhamos falando, as diferenças que nos tornam o que somos e as experiências que nos oprimem enquanto mulheres são as mais diversas e, dependendo do lugar que ocupamos na hierarquia social, se acumulam nos nossos corpos femininos. Mulheres pobres, negras, latinas, indígenas, pessoas com deficiência, idosas, lésbicas e trans não sofrem a opressão e a desigualdade da mesma forma que mulheres brancas, cis, jovens, de classe média ou alta, com níveis mais altos de escolaridade e bons empregos, por exemplo (GONZALES, 2020; LORDE, 2019; PINTO, 2020). No mesmo sentido, é importante salientar que, apesar de o capitalismo ser central no processo de dominação, a condição de opressão das mulheres é anterior a ele, o patriarcado acompanha a humanidade há milênios e se apresenta em configurações independentes do sistema capitalista (LERNER, 2019; PINTO, 2020).

Tendo um tempo de longa duração, anterior e posterior ao capitalismo, a história da opressão sobre as mulheres não pode ser restrita à história do modo de produção. Mas, também, é



preciso estar atenta ao fato de que esta opressão não faz parte da natureza humana, nem tampouco a exclusão das mulheres em todas as suas formas é essencial ao capitalismo (PINTO, 2020, p. 2).

Considerando essas questões, para dar conta das diferenças e buscar caminhos que possam somar na luta pelo fim das opressões, as teorias feministas têm, cada vez mais, refinado suas ferramentas e alargado a categoria *gênero*, procurando desconstruir o conceito inicial e universalizante de *mulher*, da forma como era (e ainda é...) entendido através do feminismo branco (e, por que não, liberal?), eurocentrado e de classe média, que não representava, nem representa a maioria das mulheres, e, tampouco, estava interessado em dar voz às diferenças (GONZALES, 2020; LORDE, 2019). Portanto, é pensando por este viés das diferenças que conduzimos nossas pesquisas e assumimo-nos enquanto feministas.

Lélia Gonzales (2020) é enfática ao falar sobre *quem está à mesa* na construção de entendimentos de mundo, teorias e conceitos ao longo da história. Certamente, para essa mesa não foram chamadas autoras negras, latinas, indígenas, com deficiência, mulheres transexuais e do sul global. Provavelmente, em algum momento histórico, mais atual, as mulheres sentaram-se à mesa, mas somente aquelas que compartilham experiências outras, que usufruem de privilégios de classe e de raça oriundas de um feminismo cuja luta é principalmente a busca pela igualdade social e de direitos em relação aos homens. Em relação a isso, bell hooks (2019) ainda nos lembra: quais homens? E de que igualdade estão falando? É preciso trazer e pensar as diferentes experiências de mulheres, uma vez que, segundo essa autora, o feminismo é um compromisso político e coletivo.

No início dos anos 1980, hooks, assim como outras pensadoras negras, já afirmava que essa configuração de feminismo era reflexo direto da sociedade branca e patriarcal, na qual cabia às mulheres negras um lugar de exclusão e abandono, enquanto às brancas, era atribuído um papel revolucionário no combate às violências de gênero. Isso não só deixava de lado das lutas e demandas as mulheres não brancas de diferentes classes sociais, como impedia medir o sofrimento dessas outras mulheres, principalmente daquelas em situação de pobreza. Como nos lembra a autora, o sofrimento não é universal, não é igual para todas as mulheres, pois está relacionado a determinadas situações, necessidades e aspirações que não excluem as construções históricas e políticas (HOOKS, 2004).



Audre Lorde (2019) consolida essa questão nos dizendo que no momento em que as mulheres (brancas) concentraram forças na diferença com homens, na opressão sofrida pelo homem, esqueceram das diferenças entre as mulheres, e isso nada mais é que reprodução do pensamento patriarcal. Como mulheres, compartilhamos de alguns problemas, mas de outros, não. “Não são nossas diferenças que nos separam, mas nossa relutância em reconhecê-las e lidarmos de forma efetiva com as distorções que resultaram de as termos ignorado e confundido” (LORDE, 2019, p. 150). E aqui, podemos trazer Angela Davis também, quando resume, em uma frase, os problemas aqui apontados: “O feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que o gênero” (DAVIS, 2018, p.99).

Corroborando o que vem sendo trazido, para Françoise Vergès, feminismo na contemporaneidade ultrapassa a ideia de “mulheres” firmada a partir do determinismo biológico e emerge em direção à noção um aspecto político radical, de um trabalho revolucionário e de resistência cotidiana, o que a história da humanidade tem apresentado para diversas lutas de minorias que não têm sua cultura, seus movimentos e suas vozes caladas como supõem, muitas vezes, as narrativas oficiais. “É nessa temporalidade que situo o feminismo de política decolonial” (VERGÉS, 2020, p. 20).

É importante compreender, portanto, que, se por um lado a opressão das mulheres e a opressão dos grupos minoritários causada pelo capitalismo (ARRUZZA; BHATTHACHARYA; FRASER, 2019; FEDERICI; 2017), portanto a luta feminista deve ser anti-capitalista também, por outro, devemos pensar que o patriarcado é milenar, opera em outras esferas e as classes majoritárias contam com aliados/as em diferentes grupos para que as relações de poder e dominação se mantenham com o passar dos anos e atravessem diferentes sistemas sociopolíticos (FEDERICI, 2017; LERNER, 2019; LORDE, 2019).

Diante do sintético apanhado apresentado sobre o pensamento de algumas autoras que conduzem nossas pesquisas e nossas experiências, assumimos a busca pela produção de conhecimento localizado, situado, buscando, através de uma atitude política de posicionamento responsável e crítico, o desenvolvimento de fundamentos para uma Educação Ambiental que pensa os componentes de gênero, classe, raça, sexo e geração na construção de ações baseada também em pedagogias outras, num trabalho conjunto de conhecimento compartilhado *com* a outra (saber científico + saber local) e não *sobre* a



outra, e, assim, empenhando-nos pela equidade ambiental e de gênero como instrumento para a luta contra as desigualdades na busca por justiça ambiental e educação democrática.

Contribuir para a visibilidade das pescadoras e das campeiras, através da pesquisa em Educação Ambiental, é um compromisso político que assumimos quando escolhemos nossas pesquisas. Revelar e desvelar suas práticas e saberes a partir da vivência em ambientes específicos, suas formas de aprender e ensinar, mas também seus desafios socioambientais, opressões, exclusões e violências, fazem parte de um propósito, o propósito de escrever e compor com elas um futuro digno, sustentável, justo e democrático.

No entanto, desde o início nos perguntamos: como fazer o trabalho conjunto? Como nos juntarmos às pescadoras e às campeiras e aprendermos a partir dessa interlocução?

O método etnográfico e a teoria feminista: planejar, situar, observar, ouvir, descrever e propor

O método etnográfico se apoia no intenso e sistemático trabalho de campo com os grupos pesquisados na tentativa de acessar os universos simbólicos e materiais que permeiam a vida social das/dos interlocutoras/es. No fazer etnográfico, a partir de suas técnicas, todas as envolvidas na pesquisa (pesquisadora e interlocutoras), estão implicadas ao longo do processo, o movimento é dialético, um vai e vem de experiências postas no curso da pesquisa, nas quais, no ato de construir um entendimento da realidade da “outra” acabamos por (re)construir o entendimento da nossa própria realidade. Como nos fala Mariza Peirano, quando trata da contemporaneidade do método etnográfico e do fazer etnografia, em seu artigo *Etnografia não é método*:

[...] o “método etnográfico” implica a recusa a uma orientação definida previamente. O refinamento da disciplina, então, não acontece em um espaço virtual, abstrato e fechado. Ao contrário, a própria teoria se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual. Todo antropólogo está, portanto, constantemente reinventando a antropologia; cada pesquisador, repensando a disciplina (PEIRANO, 2014, p. 381).



Segundo Adomilli *et al.* (2017), a etnografia está absolutamente vinculada à reflexão Antropológica atravessando as pesquisas interdisciplinares na Educação Ambiental, com esse viés, pois possibilita contribuir para esta área analiticamente, uma vez que oportuniza ultrapassar as proposições mais conservadoras da EA enquanto via de conscientização. Nas tendências mais tradicionais e conservadoras entendem-se os sujeitos como meros receptores de conhecimentos técnicos e que somente assim os tornariam capazes de transformação. Essa proposição traduz uma relação de aprendizado verticalizada acomodada em relações de poder, chocando-se, portanto, com a perspectiva antropológica, feminista e freiriana de construção dialógica do conhecimento. Para essa tarefa, ouvir, olhar e sentir não podem ser tornados como faculdades totalmente independentes no exercício da pesquisa, pois servem para a/o pesquisadora/o como duas muletas que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento.

Para compreender e descrever a vida das pescadoras e campeiras por meio da etnografia e de reflexões feministas, acompanhamos Silvana Nascimento quando assumimos nossos lugares na fronteira *entre-mundos*, seguindo os caminhos das pesquisas nas relações de alteridade que permitem “encontros e desencontros que animam o pensamento, reavivam os sentidos, descolonizam a visão” (2019, p. 478). Nessa linha, a experiência de campo depende, entre outras coisas, da biografia das pesquisadoras, das opções teóricas, do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos importante, das imprevisíveis situações que se configuram, no dia-a-dia, no próprio local de pesquisa entre pesquisadora e pesquisadas. Eis aí, a razão do porquê algumas predefinições metodológicas não cabem quando se pratica o método etnográfico.

Do encontro etnográfico e de vida com as mulheres da pesca e do campo, podemos perceber questões que de outra forma não são possíveis de serem observadas, no campo social, cultural, econômico. Na pesquisa com as pescadoras embarcadas, com a observação participante, a pesquisadora percebeu que as mulheres rompem de forma mais radical com a divisão sexual do trabalho instituída na pesca artesanal: *homens nas águas, mulheres em terra*. Com isso, vivem consequências diretas dos problemas socioambientais, e são elas as mais afetadas pelas mudanças e crises no setor pesqueiro causadas pela exploração e destruição dos oceanos, uma vez que, quando o peixe desaparece em



decorrência da pesca predatória praticada pelas grandes indústrias, são as mulheres que precisam desembarcar e fazer outra atividade para sobreviver – com baixa renda, tripla jornada (pesca, casa, comercialização), adoecimento, falta de acesso aos recursos e, ainda, enfrentando as desigualdades e a ausência de direitos e de reconhecimento pelo Estado. São invisibilizadas, excluídas e violentadas.

A teoria feminista nos traz as ferramentas necessárias para perceber a desigualdade, vulnerabilidade e invisibilidade, muitas vezes encobertas por certas práticas naturalizadas pelas comunidades, pelo Estado e por nós, pesquisadoras/es. Quando Daniele Kergoat (2010) nos diz que a divisão sexual do trabalho muda no tempo e no espaço, mas os princípios organizadores permanecem os mesmos, ela está trazendo os princípios da separação (trabalho do homem é distinto do trabalho da mulher) e da hierarquia (trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher). Observando as pescadoras, escutando suas histórias, faz-se um paralelo com Kergoat, pois as pescadoras que atuam na etapa da captura rompem com essa divisão, mas, ainda assim, quando não estão no barco, precisam dar conta da outra esfera na estrutura, ou seja, da casa, dos filhos, de seus maridos e dos idosos muitas vezes. Esse rompimento com a estrutura capitalista patriarcal traz muitos desafios, e tudo é feito para que elas desistam da pesca.

À medida que rompem com a divisão (homens nas águas, mulheres em terra) e começam a pescar, passam a ser vistas como homens, esses *heróis das águas, corajosos e valentes*, nunca são vistas como mulher que pesca, mas como *mulher que pesca como homem*, ou ajudante do pescador. Como uma mulher poderia estar ocupando esse lugar? Ela ocupa, mas é equiparada ao homem, detentor do trabalho que vale mais, que é mais reconhecido na cadeia produtiva da pesca. Em consequência desta equiparação, longe de receber o prestígio, ela tem que ser masculina, feia, descuidada e, se não for, as instituições do Estado não acreditam em seus documentos, ainda que sejam expedidos pela Marinha do Brasil. Mais ainda, ela adoce, porque o trabalho é forçoso, exige força, o corpo sente, estar nas embarcações expostas à chuva, ao vento, ao frio e ao calor causam certos estranhamentos corporais, doenças de pele e do aparelho urinário, e doenças reumáticas surgem; o Estado, por não querer entender e conhecer o que uma pescadora faz, uma vez que é invisibilizada, não relaciona a doença com o trabalho. Ela, então, adoce e perde seu trabalho, sua renda e mais, não acessa os benefícios de seguridade social do Estado.



Com as mulheres nas lidas campeiras parece ocorrer o mesmo, por serem atividades consideradas *brutas* e *brabíssimas* (RIETH; RODRIGUES; SILVA, 2015), e exigirem bastante dos corpos, ainda hoje o campo não parece ser considerado lugar de mulheres e, se elas são consideradas parte dele, estão substituindo alguém que faltou ao serviço acompanhando marido/pai/irmão, estão no *lugar do homem*. Ou na falta de figuras masculinas, as mulheres também assumem as atividades do campo, mas essa não é a regra e em nenhuma dos casos a mulher é retirada do espaço doméstico (RIETH, *et al.*, 2013). Sobre a influência do Estado nessas invisibilizações, reafirmamos o que foi apresentado em relação às mulheres pescadoras, e o que comentamos no início deste artigo em relação ao abandono, não reconhecimento ou tentativa de apagamento das mulheres, quando contamos a história da tia de uma das autoras, que precisou demonstrar o conhecimento do campo para que pudesse anexar tempo de serviço à sua aposentadoria, pois, de outra forma *como uma mulher comprova que faz o trabalho rural?*

Quando escutamos que *mulher não pesca*, ou *não campereia*, podemos entender que, se os homens desses grupos assumem que elas desempenham as mesmas tarefas desenvolvidas por eles, eles estariam perdendo seus lugares de provedores, de chefes de família, daqueles que se arriscam nas águas furiosas ou com animais ariscos, em embarcações vulneráveis ou ultrapassando solos instáveis montados a cavalo para manter a casa, a família; é uma questão de moral e de honra da masculinidade hegemônica própria do patriarcado. Corroborando isto, a mulher é definida como *ajudante*, algo menor e menos importante na estrutura hierárquica de poder, ficando à margem das políticas, das leis e dos direitos – a ideia de que *não existe mulher pescando*, como foi dito pelo mestre do estaleiro na Ilha dos Marinheiros à uma das autoras, faz parte de um jogo de poder instituído pelo capitalismo/patriarcado que somente autoriza um lugar para ela: o lugar da casa e da reprodução.

A teoria feminista traz, também, que a escrita vaza subjetividade e, na ciência, esse vazamento veio da subjetividade dos homens brancos, de língua inglesa e francesa na maior parte das vezes, e das relações hegemônicas norte/sul. Por isso, podemos entender o porquê de as pesquisas demorarem tanto para incorporar a categoria gênero em muitas de suas análises, como acontece com a pesca no Brasil. Mas vamos mais além: é também por essa razão que o/a pesquisador/a que bebem do vazamento hegemônico não se sentem provocados/as com o *não existe mulher pescando* e acabam por *comer na mão do/a native/a*,



acreditando nas narrativas diretas e na estrutura que está posta. A epistemologia hegemônica opera por exclusão e, portanto, provoca epistemicídios ou violências epistemológicas. O feminismo engajado em pensar as diferenças busca aquilo que a epistemologia hegemônica fez desaparecer e, assim, rompe com o apagamento sistemático de produção de saberes dos grupos oprimidos.

Esses saberes outros nos auxiliam a pensar outras realidades diferentes da/do pesquisadora/or, desacomodam, fazem pensar além. Algumas interlocutoras da pesquisa com as pescadoras fazem parte do movimento da pesca artesanal gaúcha, o qual agrega majoritariamente homens e tem como objetivo lutar por direitos, defesa dos territórios aquáticos e por uma pesca sustentável frente aos grandes empreendimentos da indústria da pesca. Conforme as pescadora vão se organizando e começam a participar juntamente com pesquisadoras, agentes do estado, secretárias do governo, etc, começam a querer articular as demandas próprias de ser pescadora junto ao movimento que se diz plural, entretanto, os pescadores oferecem resistência, entendendo que isso traria tensão para o movimento. Audre Lorde (2019) nos ajuda a pensar essas situações quando nos diz que há reprodução do patriarcado, mesmo quando um movimento ou ato se coloca como um exercício de rompimento com o sistema, há, portanto, sempre limites restritos para as mudanças possíveis e admissíveis.

Sobre o ambiente rural, campeiro, aqui abordado, não temos dados sobre movimentos, mas sabemos que é certamente um espaço de conflitos. Para minimizar os problemas e acabar com as opressões ou trazer mudanças significativas que rumem para relações igualitárias, trazemos novamente Audre Lorde (2019): só ocorrerá mudança quando houver plena consciência que as lutas devem ser através da interdependência das mulheres diversas, num compasso de uso das diferenças como instrumentos criativos no combate anticapitalista, antirracista e anti-sexista.

Por isso, entendemos que no universo pesqueiro e campeiro aqui do sul do sul, é necessário, antes de tudo, compreender como as mulheres realmente se constroem/educam enquanto sujeitos do meio, aprendem as lidas/a pesca com outras mulheres, aprendem a ser mulheres frente a rigidez do sistema, num processo educativo e criativo, que é passado por meio da cultura e da resistência.



Considerações finais

Neste texto buscamos apresentar, a partir do material etnográfico resultado da pesquisa desenvolvida com pescadoras embarcadas nas lagoas no extremo sul do Brasil, mais especificamente, na Lagoa Mirim e dos Patos, e do material que têm sido desenvolvido na pesquisa com mulheres campeiras, o quanto a teoria feminista de perspectiva decolonial e interseccional nos trazem ferramentas fundamentais para pensarmos criticamente sobre as condições de opressão das mulheres no mundo a partir da diferença, bem como para desenvolver uma Educação Ambiental de forma horizontal e inclusiva, considerando outras pedagogias e formas de ser e estar no mundo, por meio das experiências sociais, culturais, políticas e econômicas das pessoas.

Enquanto mulheres, pesquisadoras, antropóloga/educadora ambiental e arqueóloga/futura educadora ambiental entendemos que resistir ou negar a diferença como uma força crucial é uma incapacidade de ultrapassar a primeira lição patriarcal que pregou a divisão e a conquista. Não lutamos por igualdade social com os homens, lutamos pelo fim da opressão sexista, do racismo, do capitalismo e do imperialismo, e o caminho para fazer isso é nos unirmos num ato coletivo e político. Este entendimento, devemos às companheiras que nos antecederam e às que aqui estão, ainda que algumas longe no tempo e no espaço, e que por forças hegemônicas estiveram *fora da mesa* e, mesmo assim, resistiram, lutaram, escreveram e finalmente foram lidas. Nós, cientistas feministas, contribuimos com esse movimento através de nossas pesquisas e das reflexões constantes sobre o real, escrevendo, vivendo, compartilhando, revelando modos de vida de diferentes mulheres pelo mundo que não são percebidas e, conseqüentemente, não são ouvidas e reconhecidas. Contar histórias de e com mulheres é trazê-las para a visibilidade, é compor com elas nesse ato coletivo e político.

As epistemologias não hegemônicas, ou seja, os conhecimentos dos grupos oprimidos e, sobretudo, das mulheres pobres, negras, latinas, indígenas, lésbicas, com deficiência e trans, são fundamentais e urgentes para compor com outros movimentos e lutar para a mudança desse cenário perverso milenar, e dessa crise instaurada no pensamento capitalista secular que devasta as mentes, os corpos e a natureza. Construir pesquisa comprometida com a diferença, é ocupar *lugar à mesa* para apresentar a diversidade, discutir e propor ações conjuntas



para se viver melhor, de forma justa e igualitária com tudo que compõe esse mundo, seja humano ou para além do humano.

Quando decidimos nossas pesquisas, tanto com pescadoras da pesca artesanal lagunar gaúcha, quanto com mulheres campeiras do pampa sul, percebemos há muitas coisas em comum entre nós e elas, como também há muitas diferenças. O ambiente em que habitam, define muitas problemáticas e desafios, os problemas socioambientais que acontecem num local não são os mesmos que ocorrem em outros, há culturas e práticas sociais que diferem de região para região, por isso precisamos falar a partir das particularidades, das opressões vividas e sentidas, examinar as diferenças. Conforme a teoria feminista, ignorar as diferenças entre as mulheres e as implicações dessas diferenças é uma ameaça à mobilização do poder coletivo de mulheres, conseqüentemente, precisamos nos unir, mulheres precisam priorizar mulheres.

Não é de se estranhar, portanto, que as pesquisas que trazem a categoria gênero como ferramenta de análise, sobretudo na área da educação e da educação ambiental, são desenvolvidas majoritariamente por mulheres. Entretanto, é preciso mais, é preciso pensar o conceito *gênero* ampliado, rompendo com a universalidade e articulando com outras categorias como raça, classe, geração, sexo, deficiência, e ainda mais, é preciso pesquisar *com* as mulheres e não *sobre* as mulheres. Precisamos das ferramentas que nos são úteis e não as do “senhor”, uma vez que a estratégia do sistema capitalista, racista, homofóbico e patriarcal é de manter o oprimido ocupado com as responsabilidades do senhor.

Reforçando o que foi posto aqui, para Audre Lorde (2019), a saída para escapar do uso “das ferramentas do senhor” é centrar as lutas nas ideias de interdependência entre mulheres diferentes, para que as diferenças sejam elementos de crescimento e fortalecimento (e criatividade) e não mais instrumentos que definam relações de poder à semelhança do patriarcado. Para tanto, essa autora nos diz que o diálogo é fundamental entre as/os diferentes, e que essas diferenças, então, devem constituir uma “reserva de polaridades necessárias” para esse caminho dialético. A busca pela igualdade a partir das diferenças é a forma possível de escapar da dominação da “casa-grande”.

Disputar epistemologias é disputar formas de transformação ao produzir conhecimento. Quanto mais lemos, pensamos e ouvimos outras



experiências, para além de quem sempre esteve na cena ou à mesa, vamos conseguir pensar melhor aquilo que as mentes que nos antecederam não puderam ou foram incapazes de pensar sobre desigualdade, invisibilidade, exclusão e opressão das mulheres no mundo. Entendemos que somente assim conseguiremos transformar o *dividir e conquistar* em *definir e empoderar*.

Aproveitamos esse espaço para, mais uma vez, firmar o que as teóricas feministas têm apresentado: a luta feminista precisa ser anticapitalista. Não há como se pensar em transformações de fato, sem levar em consideração esse sistema que oprime e consegue manter e até mesmo acomodar as pessoas em lugares de inferiorização.

Pensar criticamente sobre os movimentos feministas que, apesar de estarem no mundo ocidental há mais de um século, ainda mantém padrões de hierarquização de raça, gênero e classe é um dos princípios básicos para que ocorram as mudanças dentro do sistema. Não há como sair da invisibilização se houver opressão que apenas muda de mãos.

Referências bibliográficas

ADOMILLI, Gianpaolo K.; TEMPASS, Martin C.; LOPES, Raízza C. Notas teórico-metodológicas sobre a pesquisa etnográfica na área de educação ambiental. *REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – Revista do PPGA/FURG-RS*. Rio Grande, v. 34, n. 3, p. 226-244, set-dez/2017.

ALENCAR, Edna F. *Pescadeiras, Companheiras e Perigosas: Um Estudo sobre a Pesca Feminina em Lençóis*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Brasília/UnB, Brasília, 1991.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTHACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BECK, Anamaria. Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, v.7, n.10, 1991. Disponível em:



<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/23752/21318>> Acesso em 02/03/2019.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

Disponível em:

<<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>> Acesso em: 05/08/2021.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às Bruxas*. São Paulo: Boitempo, 2019.

GERBER, Rose Mary. *As Mulheres e o Mar: Pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista. In: BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela; Anzaldúa, Gloria (Orgas.). *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*, Madrid, Traficantes de Sueños. 2004. p. 33- 50. Disponível em:

<<http://www.marxists.org/espanol/tematica/mujer/autores/hooks/1984/001>> Acesso em: 09/09/2014.

HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 86, p.93-103, mar/2010.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFf85kk/>> Acesso em: 05/08/2021.



LAVE, Jean. Aprendizado como / na prática. *Horizontes Antropológicos*. Ano 21, n. 44, p. 37-47, jul-dez/2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/FVKz5RJSyg8YWrV7HpfxQnQ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 10/05/2020.

LAYRARGUES, Phillipe P.; LIMA, Gustavo F. C. As macrotendências politico-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, mar/2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 07/12/2021.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MANESCHY, Maria Cristina. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança do papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Antropologia, MCT/CNPq. v.11, n. 2, p. 145-166, 1995. Disponível em: <<https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/821/1/B%20MPEG%20Ant%2011%282%29%201995%20MANESCHY.pdf>> Acesso em: 02/03/2019.

NASCIMENTO, Silvana S. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 2, p. 459-484, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/161080/156154>> Acesso em: 21/08/2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Colonizando corpos e mentes: gênero e colonialismo. In: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 185-231.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em:



<<https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?format=pdf>> Acesso em 10/05/2020.

PINTO, Céli Regina J. Saffioti revisitada: a atualidade do enfrentamento entre feminismo e capitalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 33, p. 1-14, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.37977>> Acesso em: 21/01/2022.

RIETH, Flávia, *et al.* *Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) - Lidas Campeiras da Região de Bagé*. Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, v. 1, v. 2, v.3, 2013.

RIETH, Flávia; RODRIGUES, Marta B.; SILVA, Liza, B. M. As lidas campeiras na região de Bagé/RS: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na invenção da cultura campeira. In: NUMMER, Fernanda V.; FRANÇA, Maria Cristina C. (Org.). *Entre ofícios e profissões: reflexões antropológicas*. Belém: GAPTA/UFPA, 2015. p. 175-195.

RODA VIVA. *Conceição Evaristo*. YouTube, 06 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O2bxQJH-Plk&ab_channel=RodaViva> Acesso em: 30/11/2021.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos – Gênero*, ano 1, n. 1, p. 11-36, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez, 1995. Disponível em: <<file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/71721-Texto%20do%20artigo-297572-1-10-20170307.pdf>> Acesso em 10/12/2017.

SILVA, Liza B. M.; RODRIGUES, Marta B. Artefatos como suportes de memória na construção da masculinidade no pampa sul-riograndense. *Tessituras Revista de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 113-141, jul-dez/2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/13671>> Acesso em: 07/07/2020.



STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

STUMPF, Elisabeth; BARBIERI, Rosa; HEIDEN, Gustavo (Orgs.). *Cores e formas no Bioma Pampa: Plantas ornamentais nativas*. Pelotas: EMBRAPA, 2009.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: UBU Editora, 2020.

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, ano 7, p. 41-61, 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_04.pdf> Acesso em: 17/08/2017.



Feminist theory and research in Environmental Education: The knowledge in the waters and in the fields and the historical process of women's invisibilization

ABSTRACT: This article starts from reflections carried out through research that have as a central element to present the process by which women living in coastal rural regions in southern Rio Grande do Sul cross over the years when performing activities considered mostly male. Thus, in this text, we seek to present, from a research carried out with fishing women on board in the lagoons in the extreme south of Brazil, especially through the ethnographic material, as well as a research that has been developed to understand the way of life of *mulheres campeiras*¹⁷ how feminist theories of decolonial and intersectional perspective provide us with fundamental elements to think critically about the conditions of oppression of women in the world from difference. Building research committed to difference, is to occupy places, *is to be at the table*, is to understand diversity, discuss and propose joint actions seeking a more just and egalitarian way of living with everything that makes up this world, whether human or beyond the human.

KEYWORDS: *Mulheres campeiras*. Fishing women on board. Decolonial and intersectional feminism. Ethnography. Critical Environmental Education.

Marta Bonow Rodrigues

Doutoranda em Educação Ambiental (FURG), Bolsista CAPES; Mestra em Antropologia - Área de Concentração em Arqueologia (UFPEL); Bacharela em Antropologia - Linha de Formação em Arqueologia (UFPEL).

ORCID: 0000-0002-3980-9988

CV: <http://lattes.cnpq.br/4012791452572377>

E-mail: martabonow@gmail.com

Liza Bilhalva Martins

Doutora em Educação Ambiental – FURG; Mestra em Antropologia Social e Cultural (UFPEL); Bacharela em Antropologia Social e Cultural (UFPEL).

Professora Formadora I - EAD-UFPEL (Licenciatura em História)

ORCID: 0000-0002-4548-2758

CV: <http://lattes.cnpq.br/4841967812488235>

¹⁷ *Campeiro* (man) or *campeira* (woman) – the man or woman who works with cattle farms. We don't translate this keyword, although we could translate "mulheres campeiras" as peasant women, but *campeira's* life goes beyond the peasantry and rural life. It's a way of life proper to the Brazilian, Argentine and Uruguayan Pampa region.



E-mail: lizabms@gmail.com

Gianpaolo Knoller Adomilli

Docente da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI, curso de Bacharelado em Arqueologia. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental (PPGEA – FURG), na linha de pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental. Doutor e Mestre em Antropologia Social (UFRGS); Mestre em Antropologia Social e Cultural (UFPeI); Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS).

ORCID: 0000-0001-8370-2267

CV: <http://lattes.cnpq.br/9569795422929763>

E-mail: giansatolep@gmail.com

Recebido em: 30/12/2022

Aprovado em: 18/11/2023